



**REPÚBLICA DE CABO VERDE
ASSEMBLEIA NACIONAL**



**REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR**

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO
ENTRE
AS ADMINISTRAÇÕES PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO
VERDE E A ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU**

2015/2016

I. Introdução

Considerando que o Protocolo de Cooperação entre a Assembleia Nacional da República de Cabo Verde e a Assembleia Nacional Popular da Guiné Bissau, celebrado aos 06 de Março de 2015, constituiu o quadro formal para a institucionalização de um mecanismo de cooperação, no domínio parlamentar, e para o fortalecimento da capacidade institucional das respectivas Administrações Parlamentares;

Os Secretários-Gerais de ambos os Parlamentos, adiante designados por Partes, acordam o presente Programa de Cooperação, nos seguintes termos:

II. Objectivo

O presente Programa de Cooperação, adiante designado por Programa, tem por objectivo a implementação do Protocolo de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e a Assembleia Nacional Popular da Guiné Bissau e estabelecer um quadro de acções a serem realizadas em áreas de relevante interesse para o aumento da eficácia dos respectivos serviços e do qual constarão as actividades concretas a desenvolver.

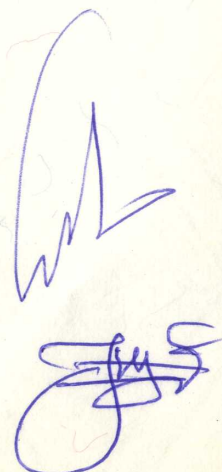
III. Domínios de Cooperação

São domínios de cooperação do Programa:

- a) O processo legislativo e assessoria jurídica;
- b) As relações públicas, protocolo e relações internacionais;
- c) A administração dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;
- d) A documentação e informação;
- e) As tecnologias de informação;
- f) A comunicação e imagem.

IV. Acompanhamento do Programa


1. A gestão do Programa é assumida pelas Unidades Orgânicas responsáveis pelas Relações Internacionais, devendo as Partes designar um ponto focal para estabelecer o contacto regular entre os dois Parlamentos.
2. São responsabilidades das unidades orgânicas referidas no número anterior, através dos respectivos pontos focais:
 - a) Assegurar a articulação com as demais Unidades Orgânicas, com o objectivo de acompanhar e monitorar o Programa;
 - b) Obter das unidades Orgânicas à Contraparte os Termos de Referência das acções de formação;
 - c) Fiscalizar a elaboração dos relatórios das missões e das acções de formação;
 - d) Realizar os actos preparatórios das avaliações anuais.
3. Os relatórios das missões e das acções de formação devem ser obrigatoriamente elaborados, por cada uma das Partes, nos trinta dias subsequentes à realização de cada acção e partilhados entre os dois Secretários-Gerais.



V. Princípios

O Programa obedece aos seguintes princípios:

1. As acções constantes do Programa devem ser realizadas em Cabo Verde e na Guiné Bissau, comportando estágios *on the job*, seminários, cursos de formação de curta duração e assessoria técnica.
2. Os estágios *on the job* referidos no número anterior não devem exceder o prazo de cinco (5) dias, salvo acordo prévio em contrário das Partes.
3. Os cursos de formação referidos no número um, podem ser ministrados nas instalações de ambos os Parlamentos ou em instituições especializadas.
4. Independentemente das acções previstas no Programa, as Partes podem acordar a realização de outras que se reputem de relevantes para as duas Administrações Parlamentares.
5. Na organização e realização de seminários, fica aberta à participação de outros Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nas condições determinadas pelas Partes.
6. Durante a realização das acções previstas no Programa, a delegação visitante não deve exceder um máximo de cinco (5) membros, salvo acordo prévio em contrário das Partes.
7. As Partes devem assegurar as condições necessárias à implementação do Programa, nos termos seguintes:
 - a) São da responsabilidade de cada Parlamento:
 - i. O pagamento de passagens aéreas e subsídios diários dos seus Funcionários Parlamentares;
 - ii. A garantia do seguro de vida da viagem dos seus Funcionários Parlamentares.
 - b) São de responsabilidade do Parlamento anfitrião:
 - i. O alojamento, a alimentação e o transporte local dos funcionários que se encontrem a realizar acções de formação ou trabalhos específicos relacionados com o Programa;
 - ii. A disponibilização de toda a informação, documentação e demais materiais de apoio necessários à realização das acções de formação.
 - iii. A assistência médica, medicamentosa e internamento dos respectivos funcionários envolvidos, em caso de urgência.



VI. Duração

O Programa tem a duração de dois anos, contados a partir da data da sua assinatura pelos Secretários-Gerais de ambos os Parlamentos, podendo ser renovado por igual período, após a sua avaliação.

VII. Acções de Cooperação parlamentar

Para a prossecução dos objectivos do Programa, serão realizadas as acções descritas e distribuídas sequencialmente, em Cabo Verde e na Guiné Bissau, de acordo com a seguinte grelha:

Direcção de Serviços Parlamentares

Acções	2015	Período	Local
01	a) Troca de experiência ao nível do apoio ao plenário; b) Estágio e Treinamento na Transcrição dos Debates Parlamentares e apoio para a produção do Manual de Redacção; c) Melhoria do sistema de sonorização e gravação dos trabalhos parlamentar na ANPGB.		ANCV
02	a) Estágio on the Job na Assembleia Nacional de Cabo Verde, com o objectivo de conhecer o funcionamento da Divisão de Apoio ao Plenário; b) Gestão de mandatos dos deputados.		ANCV
Acções	2016	Período	Local
03	a) Troca de Experiências ao Nível de Apoio as Comissões - Acção de formação (coordenação e organização das actividades desenvolvidas pelas comissões) – Processo de elaboração das Notas Informativas – Processo de análise do Orçamento do Estado; processo de Elaboração de memorandos; processo de elaboração de relatórios; apoio na elaboração do		ANCV



	regulamente das comissões; entre outras acções);		
	b) Troca de experiências ao nível de apoio as Comissões.		

Direcção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar

Acções	2015	Período	Local
04	a) Troca de Experiência na Edição e Publicação de documentos; b) Missão de assistência técnica na área de gestão documental (Biblioteca e Arquivo).		ANPGB
Acções	2016	Período	Local
05	a) Estágio <i>on the job</i> na área da Biblioteca da ANCV; b) Estágio <i>on the job</i> na área do Arquivo da Assembleia Nacional.		ANCV

Direcção de Serviços administrativos

Acções	2015	Período	Local
06	Troca de Experiência na Gestão e Avaliação do Património.		
07	Apoio na Organização e Gestão Financeira da ANPGB.		
Acções	2016	Período	Local
08	a) Estágio sobre estrutura e organização da DRHS; b) Processo das compras e gestão do Stock; c) Processo de elaboração do orçamento e a sua execução (cabimentação, lançamento, balancetes e plano de execução); d) Cadastro e inventário de bens, gestão de edifícios e sua preservação, gestão de frotas de automóveis compras e contratações públicas.		ANCV

Direcção de Serviços de Relações Internacionais

Acções	2016	Período	Local
09	Estágio on-the job na área de protocolo e cerimonial		ANCV
10	Formação ao Nível da Planificação no Âmbito da Cooperação Parlamentar		ANPGB

Direcção de Serviços de Informática

Acções	2015	Período	Local
11	O Apoio Institucional na Implementação da Instalação do Sistema de Contagem de Tempo		ANPGB
12	a) Elaboração do Plano Estratégico de Informatização da ANPGB; b) Estágio <i>On Job</i> na Direcção de Serviços de Informática e Elaboração do projecto de Rede da ANPGB.		ANPGB/ANCV ANCV
Acções	2016	Período	Local
13	a) Assessoria e Apoio Técnico na Instalação e Configuração da Rede Informática da ANPGB;		ANPGB

VIII. Avaliação

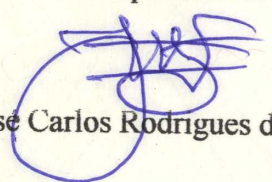
Os Secretários-Gerais reunir-se-ão, alternadamente, nos dois países, para proceder à avaliação conjunta da execução do Programa, no termo da sua vigência, e à sua actualização.

Feito na Praia, aos 15 de Julho de 2015.

A Secretária-Geral da Assembleia
Nacional de Cabo Verde


Liberia das Dores Antunes Brito

O Secretário-Geral da Assembleia Nacional
Popular da República da Guiné Bissau


José Carlos Rodrigues da Fonseca

